

Câmpus
Goianésia



Universidade
Estadual de Goiás



ESTADO
DE GOIÁS

JAQUELINE PAIVA COSTA

MARIA RIBEIRO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Goianésia

2018

JAQUELINE PAIVA COSTA
MARIA RIBEIRO GONCALVES DA CONCEIÇÃO

INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Goianésia, como requisito para a obtenção da graduação no Curso de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.^a Vanessa Yunes.

Goianésia

2018

JAQUELINE PAIVA COSTA
MARIA RIBEIRO GONCALVES DA CONCEIÇÃO

INCLUSÃO EDUCACIONAL DO ALUNO AUTISTA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Goianésia, como requisito para a obtenção da graduação no Curso de Licenciatura Plena em História.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Vanessa Yunes – Especialista
Orientadora

Prof.^a Nilma Cristina Miranda Toledo – Especialista
Arguidora

Prof.^a Thais Lopes Soares – Especialista
Arguidora

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÃO DO AUTISMO	5
1.1 CAUSAS DO AUTISMO	9
2. A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR	10
3. REFERÊNCIAS.....	16

1. DEFINIÇÃO DO AUTISMO

O autismo é um comprometimento que se dá entre os neurônios que não conectam dificultando as relações sociais e comportamentais. Esse distúrbio é tão distinto, que médicos e educadores experientes não são capazes de reconhecer casos clínicos em um primeiro contato, isso nos dias atuais, pois o autismo vem sendo discutido e estudado mais frequentemente.

Os principais critérios diagnósticos do transtorno autista são as áreas de interações sociais, linguagem, comunicação e imaginação, flexibilidade comportamental, padrões limitados, repetitivos e estereotipados de comportamento.

A palavra Autismo vem do grego – Autos de si mesmo, empregado pelo psiquiatra Eugene Bleuler em 1911, suspeitando que a síndrome fosse mais presente na sociedade, e descreve um conjunto de sintomas, o qual tinha relações com a esquizofrenia, mas com o diagnóstico de retardo mental.

Para Orrú (2006, p. 14),

Autismo é uma palavra de origem grega (autos), que significa por si mesmo. É um termo usado dentro da psiquiatria para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltado para o próprio indivíduo. É comum também a utilização de adjetivos para se denominar o autismo, como: autismo puro, núcleo autístico, autismo primário no caso de não associação com outras patologias, autismo secundário, autismo de auto funcionamento, autismo de baixo funcionamento e outros.

Em pesquisas mais aprofundadas foi constatado, que o autista se desenvolve com maneiras diferentes de comportamento humano, e o estudo dessa patologia é uma análise voltada para o próprio indivíduo, por ter um hábito fechado ou isolado.

O termo “Autismo” foi utilizado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugene Bleuler, em 1911. Bleuler empregou o termo “autismo” para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos. (GOMÉZ; TERÁN, p. 08 2014).

As primeiras publicações sobre o autismo foram feitas por Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) tanto um quanto o outro, ficaram surpresos com a imensa incapacidade social, com a resistência a mudanças, com as condutas repetitivas e a

comunicação estranha, eles descreveram crianças com capacidades cognitivas excessivamente irregulares.

Leo Kanner pediatra e psiquiatra Austríaco descrevia o autismo, com sintomas semelhantes à esquizofrenia. Em 1943 ele, publicou a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, descrevendo onze casos de crianças atendidas no Serviço de Psiquiatria Infantil, que tinham em comum o excepcional, o patognomônico, isolamento extremo, não tendo capacidade para reagir normalmente às situações afetivas e sociais desde o início da vida, ele então denominou distúrbios autísticos do contato afetivo.

Segundo Fiaes e Bichara (2009), crianças autistas por não terem facilidade de socialização, apresentam dificuldades no brincar, levantando assim questionamentos sobre a natureza das brincadeiras simbólicas. Se a imaginação necessariamente inclui teoria da mente porque um fenômeno considerado universal surge de modo tão atípico no autismo, partindo da constatação da presença da brincadeira de maneira que interfira no desenvolvimento do indivíduo.

Kanner observou que nesses onze primeiros casos, havia uma incapacidade de se relacionar de forma usual com as pessoas, um isolamento extremo ignorando ou recusando tudo do cotidiano, sendo que esse distúrbio afeta o contato afetivo, isentos de linguagem, incapazes de efetuar trocas sócias afetivas com o outro, estando imersos e reclusos na particularidade de cada um.

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social. (VYGOTSKY, 1994, p.40).

Já no ano de 1942, Kanner descreveu sob o nome “distúrbios autísticos do contacto afetivo” um quadro caracterizado por autismo extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia. Esse conjunto de sinais foi por ele visualizado como uma doença específica relacionada a fenômenos da linha esquizofrênica.

Dando ênfase nos seus estudos sobre o autismo em meados dos anos de 1956, Kanner continua descrevendo o quadro como uma “psicose”, referindo que todos os exames clínicos e laboratoriais foram incapazes de fornecer dados consistentes no que se relacionava à sua etiologia, diferenciando-o dos quadros

deficitários sensoriais, como a afasia congênita, e dos quadros ligados às oligofrenias, novamente considerando o uma verdadeira psicose.

Já no seu segundo trabalho em 1949 ele oferece mais informações, referindo-se a uma síndrome, a qual denominou de Autismo Infantil Precoce, observando que a criança não percebe os estímulos e não responde a eles, diferentes das outras crianças, tendo dificuldade em atender pelo nome, resisti no aprendizado, não demonstra medo ao perigo que está exposta, resiste a mudanças de rotinas, dificuldade em ter contato visual com as pessoas, tem obsessão por tarefas repetitivas e alguns casos apresentam agressividade, alterações na linguagem do tipo inversão pronominal, neologismos e metáforas.

Em 1949, passou a referir-se ao quadro como “Autismo Infantil Precoce”, pela dificuldade no contato com as pessoas, desejo obsessivo por certas coisas e objetos, pela rotina nas situações, alterações na linguagem e mutismo, que os levava a grandes problemas na comunicação interpessoal. Considerou-o como uma psicopatologia com as subseqüentes observações: o autismo infantil precoce é uma síndrome bem definida, passível de ser observada com pequenas dificuldades no curso dos dois primeiros anos de vida da criança. Sua natureza básica é intimamente relacionada com a esquizofrenia infantil, pelo que o autismo infantil poderia ser uma manifestação precoce da esquizofrenia infantil. (ORRÚ, 2006, p. 16)

Cinco anos depois o autor enfatizava o autismo como uma psicose, mostrando que exames laboratoriais não podem identificar a sua origem e também não tendo relações com fatores hereditários.

Kanner revisou seu conceito de autismo diversas vezes, mais sempre destacando como uma síndrome de comportamento, indicando que era possível perceber essas ações nos dois primeiros anos de vida, ele insistia que a doença tinha que ter um diagnóstico diferente de doentes mentais e doentes afásicos, ele então sugeriu que a bioquímica deveria estudar.

Leo Kanner reconhece semelhanças entre a sua síndrome e a esquizofrenia infantil, mas defende a ideia de que deveria ser separada da mesma, definindo-a claramente como psicose em diferentes trabalhos, ao longo dos anos.

Durante suas pesquisas ele verificou que muitas crianças eram inteligentes, e o seu desenvolvimento variava muito, pela conduta dos seus pais, segundo ele o autismo era causado por pais não emocionalmente responsivos a seus filhos. A hipótese da mãe geladeira, que era a falta de afeto da mãe materna, mães emocionantes frias, Kanner tirou essa conclusão, por observa essa dificuldade que

mães tinham em brincar com seus filhos, portanto o que era consequência virou causa, pois as mães não brincavam com os filhos porque eles tinham dificuldade na interação, por causa do autismo.

Devido ao avanço da ciência, essa ideia foi isolada, Kanner teve várias teorias sobre o autismo, sendo ele o pioneiro na descoberta e conceito autismo no século XX.

Por outro lado, a definição de Kanner iniciou uma discussão que permanece em aberto até a atualidade: qual a etiologia desta patologia? Em seu estudo de 1943, o autor enfatizava os componentes emocionais e as características familiares como precipitadores do quadro, mas também apontava que fatores biológicos subjacentes podiam ser determinantes no autismo infantil. (PURIFICAÇÃO, SANTANA, ROSA, 2010, p. 04).

Outras pesquisas foram desenvolvidas por Hans Asperger, pesquisador e psiquiatra austríaco que escreve em 1944 o artigo “A psicopatia autista na infância”, o qual foi publicado no ano seguinte.

Por meio dele, observou que algumas crianças apresentavam deficiências sociais graves – conversação unilateral, pouca empatia, predisposição para interagir com outras pessoas, e movimentos descoordenados. Porém, o seu nome somente obteve reconhecimento na década de 1980, como um dos primeiros a se dedicarem ao estudo do autismo.

A Associação Americana de Psiquiatria publicou em 1952 a primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-I). Esse manual fornece, principalmente, critérios padrão para o diagnóstico de transtorno mental é retardo mental. Diante disso, nesta primeira edição, os sintomas do autismo foram categorizados como um subgrupo da esquizofrenia infantil.

Na quarta edição revisada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR), a categoria TID inclui condições que estão invariavelmente associadas ao retardo mental (síndrome de Rett e transtorno desintegrativo da infância), condições que podem ou não estar associados ao retardo mental (autismo e TID sem outra especificação ou TID-SOE) e uma condição que é tipicamente associada à inteligência normal (síndrome de Asperger). (PURIFICAÇÃO, SANTANA ROSA, 2010, p. 08).

Essa síndrome tem característica marcante que compromete várias áreas do desenvolvimento sem comprovação etiológica. Porém cada caso é um caso, não dá para generalizar, em alguns casos as crianças que tem autismo podem demonstrar comportamento deferentes como demonstração de

carinho, contato físico, apego em relação as pessoa que convivem com ele.

O autismo não possui sintomas, não é um vírus e nem uma doença contagiosa, é uma síndrome que não se define por sintomas. As características comuns que podem levar ao diagnóstico do autista ainda estão sendo estudadas, mas podemos citar algumas, lembrando que a síndrome possui grau de desenvolvimento. As crianças autistas enfrentam diversos obstáculos para se relacionar no meio social, pois elas encontram dificuldade para interagir com outras pessoas, são crianças sensíveis e incapazes de perceber alterações no tom de voz, resistindo a mudanças e reagindo de forma agressiva.

1.1 CAUSAS DO AUTISMO

Autismo é uma síndrome de comportamento, com etiologias distintas onde o desenvolvimento da criança encontra-se distorcido. A criança autista tem grande dificuldade de interação, por isso inclui-la no meio social pode ser de grande ajuda para o seu desenvolvimento.

O transtorno Autista consiste na presença de um desenvolvimento comprometido ou acentuadamente anormal da interação social e da comunicação e um repertório muito restrito de atividades e interesses. As manifestações do transtorno variam imensamente, dependendo do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo. (SANTOS, 2008, p. 17).

Ainda não existe uma causa específica sobre o autismo, até porque não é só uma causa são vários fatores principalmente neurológicos e genéticos que provocam o autismo.

Em 1980, as hipóteses consideravam que o autismo seria um distúrbio que era influenciado pelo ambiente, sendo que hoje pesquisadores concluem que somente 10% desses fatores seriam por causa do ambiente, e 90% são os fatores genéticos, a faixa etária para haver o diagnóstico da doença é de dois a três anos, e imediatamente deve começar o tratamento, para aumenta a chances de desenvolvimento, levando a vida de forma mais normal possível dentro das suas limitações.

Ao abandonar seus interesses pela etiopatogenia para se dedicar aos estudos longitudinais, Kanner defendia a hipótese de uma causa biológica ou genética para o autismo. Reconhecia, no entanto, o limite do saber sobre a etiologia da síndrome e suas consequências: um vasto campo para as múltiplas hipóteses e outras tantas teorias de validade muito restrita. (GOMÉZ; TERÁN, 2014, p. 10).

Houve épocas em que havia suspeitas de anormalidades nos cromossomos, que surgem na separação do mesmo durante o processo de divisão de células, atualmente vem surgindo diversos estudos para esta área, alguns cientistas acreditam que a probabilidade de ter autismo pode ser hereditária.

Outro conceito seria de problemas neurológicos, onde os neurônios afetados não transmitissem ligações e mensagens entre eles, por algum motivo alguns deles não se desenvolveram ou ficaram danificados, caso haja uma mínima lesão no cérebro pode levar a uma doença, e com isso causar uma deficiência psicológica. A hipótese mais aceita sobre a causa do autismo é a qual os sintomas e mutações genéticas são resultado de alguma falha de comunicação entre regiões do cérebro. Assim novas conexões neurais, estimuladas por terapia, poderiam ser formadas a fim de compensar a falha.

Têm-se várias hipóteses sobre a causa do autismo, podendo ser uma infecção que a criança pega ainda no útero, uma medicação errada, podendo aumentar a chance de ter a doença, estudos mostram que o período da gravidez é extremamente importante onde o cuidado tem que ser dobrado. Os estudos sobre a síndrome vêm aumentando cada vez mais, pesquisadores vêm buscando respostas para as complexas características do autismo.

A síndrome do espectro autista reúne características e sintomas complexos que podem ou não ser de fácil percepção quanto mais cedo for diagnosticado melhor é para a criança sendo sempre acompanhado por especialistas para melhor desenvolvimento.

2. A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NO AMBIENTE ESCOLAR

A inclusão é uma das grandes dificuldades enfrentadas pela educação atualmente, essencialmente no que remete à multiplicidade das inúmeras necessidades educacionais de modo que se torne evidente relativa à escola inclusiva.

A necessidade dos professores de deterem novos conhecimentos, tanto a teoria com a prática e os mesmos associados ao desenvolvimento de competências

e atitudes para lidar com a diversidade, torna-se notável devido os progressos na educação.

Torna-se desafiante alcançar uma escola capaz de ensinar e educar os seus alunos, independente da situação pessoal, social, cultural, dos potenciais e níveis de capacidade diferentes, sem esquecer-se daqueles com necessidades especiais.

Conseguir uma escola capaz de ensinar e educar todos os alunos de maneira homogênea é algo desafiante. Diretrizes em declarações e acordos internacionais igualmente como a própria LDB/1996 prevêm a construção de uma nova cultura na escola através de transformações no movimento educacional inclusivo.

Superar a barreira da homogeneização do ensino que abarca uma abordagem de uniformização do currículo e uma aula com propostas idênticas para todos são alguns dos fatores determinantes para combater o ciclo de rotulação, discriminação e exclusão conferindo legitimidade à inclusão. (LO, 2015.p. 03).

Portanto, a educação inclusiva destaca especialmente a sua função de integrar a todos os alunos, independentemente de suas dificuldades e limitações, levando o seu objetivo muito além da mera inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e contribuindo também para que as diferenças existentes não ocasionem em desigualdades educacionais e sociais.

A fim de que realmente aconteça, é essencial que a escola construa uma nova cultura que certifique a participação e a aprendizagem para todos e torne suas ações diárias em ideias concretas.

O ambiente social e educacional também influencia no ensino-aprendizagem dos discentes, por exemplo, as dificuldades enfrentadas pelos professores e a falta de recursos, o clima emocional da sala de aula possui grande inferência nos resultados da aprendizagem, um lugar onde cada aluno se identifique como aprendiz e tenha uma valorização individual, assim como o professor também representa elemento fundamental na integração do aluno especial, principalmente referente ao seu modo de agir, colaborando para a autoestima, maior confiança e motivação.

Quando existem programas adequados a inclusão funciona para todos os alunos com ou sem deficiências, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais e de preparação para a vida em comunidade. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 86).

A diversidade se torna um elemento catalisador dos desenvolvimentos pessoal e social. Alguns valores como a igualdade e a tolerância começam a se concretizar e ser enxergadas claramente a partir de tal idealização feita pela escola.

Foram identificadas diversas dificuldades apontadas pelos professores, tais como a falta de orientação, estrutura e recursos pedagógicos. Além disso, foi verificado que os professores tendem a confundir os princípios de inclusão e integração. (LO, 2015.p. 07).

Buscando uma melhor inclusão, tendo como base uma metodologia dinâmica e interativa onde envolva todos os alunos num ensino flexível e receptivo, será possível o atendimento da diversidade de necessidades e os que demonstram diferentes ritmos de aprendizagem. Segundo Pozo:

Registra que a aprendizagem é um processo interno do organismo e, por mais que esteja motivada pela interação social as representações enfim têm sua “sede” na mente individual e mudam por processos cognitivos próprios dessa mente. O sistema cognitivo humano tem uma dinâmica própria, baseada em alguns processos de atenção, motivação, memória e esquecimento, que não podem ser reduzidos ou ampliados à sua dimensão social. (2002, p. 86).

Acredita-se que a convivência compartilhada da criança com autismo na escola, a partir da sua inclusão no ensino comum, possa oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o das outras crianças, na medida em que estas últimas convivam e aprendam com as diferenças.

O ambiente social também é extremamente fundamental, pois ao aceitar as diferenças, reconhece o valor do aluno, e simultaneamente lhe proporciona seu acolhimento e a sua integração, fazendo com que o aluno se torne o principal personagem do seu próprio processo de aprendizagem, ocasionando no rompimento das abordagens teóricas, nas quais todos adquirem conhecimento somente de uma forma.

É função do docente não somente ser responsável pela informação, mas ser amigo e manter-se atento quanto aos métodos de comunicação. Também é sua obrigação tornar mais fácil a convivência do aluno na sala de aula com a criação de um espaço comunicativo, possibilitando o compreender e se expressar. O processo avaliativo é considerado tolerante às diferenças, a partir do momento que atribui valores e destaca o potencial de cada um, através de diferentes conceitos e não suas fraquezas.

A aprendizagem, segundo Vygotski, como processo de interação social, ocorre primeiramente no plano interpsicológico seguido posteriormente do plano intrapsicológico. Tal concepção contradiz, em seus elementos, o homogêneo, o uniforme e atribui uma nova abordagem ao contexto conceitual do fazer da escola.

Reconhecer e avançar no sentido de mudar a cultura da escola inclui ressignificar o caráter, a natureza e a dimensão da aprendizagem. Isso será real à medida que se traduzir em mudanças concretas presentes no ato de ensinar. A atitude e o estilo de ensino aberto, flexível e reflexivo com uma metodologia ativa e interativa, envolvendo todos os alunos, possibilitarão ao mesmo tempo atender à diversidade de necessidades, aos interesses e ritmos diferentes de aprendizagem dos alunos.

Atribuir à escola o sentido de constituir-se uma comunidade de aprendizes significa tratar o que acontece no seu cotidiano com caráter próprio de um ambiente que respira cooperação e que deixa transparecer as características de uma verdadeira comunidade. A Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos.

Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educacionais especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários.

Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades

educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Portanto, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública.

Cada instituição e seus integrantes possuem suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades. Mas, é possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas, uma vez que os alunos com necessidades especiais, já estão chegando à escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.

*A escola deve oferecer aos alunos autistas um ambiente provido de acolhimento e respeito, recebendo oportunidades de aprendizado e desenvolvimento iguais aos dos outros alunos. Mas, muitas das escolas que acolhem estes alunos não têm estrutura física e, social, para atenderem as suas necessidades.

As estratégias inclusivas devem ser discutidas e elaboradas com a participação e apoio não somente do professor, mas em conjunto com a comunidade escolar, onde todos os funcionários tenham oportunidade de esclarecer e se informar sobre a condição de cada aluno, por exemplo, referente às diferentes formas de ensino-aprendizagem e às relações afetivas, podendo ajudar assim numa melhor inclusão e principalmente, com a compreensão e auxílio da família dos alunos.

“... a Escola é fundamental para o desenvolvimento das habilidades sociais dessas crianças, mas para conseguir êxito é necessário que haja uma interação com intervenções efetivas entre os portadores e os profissionais da instituição que é ainda rudimentar, pela alta complexidade de socialização que apresenta o portador do autismo...”.
(Montagner, Santiago, & Souza, 2007)

Uma das principais estratégias para inclusão é a coletividade, possibilitando a convivência e mostrando para as demais crianças que conviver com as diferenças, estabelecendo relações com o próximo é algo prazeroso e favorável para sua formação como indivíduo que está inserido em uma sociedade. A realização de atividades coletivas é fundamental na obtenção de conhecimentos relevantes para a vida. O diálogo dos familiares com os professores também é um fator muito importante, de modo que os mesmos possam trocar entre si experiências de vida e outras informações através de frequentes reuniões.

A diversidade de traços particulares de cada criança, o tempo e modo de ensino-aprendizagem de cada uma são uns dos principais desafios em relação ao trabalho com autistas. Os docentes devem oferecer e repassar todo conhecimento possível, tentando levá-los além de suas limitações, não deixando que as mesmas sejam um impedimento do ensino, buscando maneiras distintas de compreensão até achar a mais significativa. Logo após o primeiro momento de dificuldade o descobrimento da síndrome, os pais destas crianças se deparam com outro desafio, o da inclusão escolar. Mesmo que já existam várias leis que garantem o acesso de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, observa-se que nem sempre as mesmas recebem o amparo necessário para a inclusão, a começar pelo despreparo da escola e docentes, cabendo ao Estado promover tal qualificação.

Trabalhar com esses alunos é uma tarefa complexa, que precisa ter mais investimentos por parte das autoridades governamentais responsáveis pela implementação de um sistema eficaz de escolas inclusivas, incentivando e gerando cursos capacitativos para esses educadores.
(Ludke, 2011)

Mas as dificuldades encontradas pela instituição de ensino e especialmente pelo professor incluem também a falta de materiais, recursos, além da falta de uma formação adequada de professores, voltada à diversidade dos alunos e para o um atendimento educacional especializado nas classes comuns do ensino regular.

O professor tem grandes desafios a vencer, dando a sua participação para a contribuição social e para o desenvolvimento aluno e tem um papel muito importante, que é o sucesso da educação, seja ela formal ou informal. Para uma educação de qualidade é necessário uma formação sólida e contínua, com uma progressão continuada que lhe forneça subsídios para uma reflexão sobre a sua prática pedagógica.
(Silva & Arruda, 2014)

Apesar da insegurança sentida pelos os professores por não receberem apoio e assistência com melhores condições de trabalho, formação e conhecimento para que as mudanças de fato aconteçam, continuam com o sentimento de obrigação de se dedicarem ao máximo na realização do seu trabalho pedagógico e administrativo. O trabalho do professor torna-se precário em virtude de propostas em que o seu trabalho pedagógico é alterado, mas as adequações necessárias não são feitas e a organização do sistema escolar também não é alterada, e como consequência tem-se, por exemplo, a perda dos direitos trabalhistas e arrocho salarial e inadequação de planos de carreira. A escola é percebida como o princípio de socialização por meio da promoção do bem-estar social e psicológico da criança com autismo.

Também são encontrados outros desafios devido à falta de acesso à informação por parte do docente acerca do autismo, o que acaba gerando dúvidas e confusão. A relação do professor com os alunos é outro fator fundamental, assim como as dificuldades individuais, tanto do aluno quanto do próprio professor devem receber atenção. E com relação aos alunos autistas, por na maioria dos casos apresentarem ausência da linguagem e a falta de interação acabam dificultando ainda mais o trabalho a ser realizado pelo professor que não consegue cumprir a sua didática de acordo o estabelecido pedagogicamente e consequentemente compromete a ação da inclusão. Tais situações faz com que o aluno não obtenha o progresso esperado e o professor se sinta sobrecarregado e com atribuições que ultrapassam o dever pedagógico.

3. REFERÊNCIAS

FIAES, S. C.; BICHARA, D. I. **Brincadeiras de Faz-de-Conta em Crianças Autistas: Limites e Possibilidades Numa Perspectiva Evolucionista.** Estudos de

Psicologia, Natal, v.14, n. 3, p.231-238, dez. 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X20090Acesso em: 28 Maio 2018.

GÓMEZ, S. M. A.; TERÁN, E. N. **TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM E AUTISMO**. São Paulo: Cultural, S.A., 2014. 574 p. Tradução de Adriana de Almeida Navarro.

ORRÚ, E. S, **A constituição da linguagem de alunos autistas apoiada em comunicação suplementar alternativa** Piracicaba-SP: 2006. Disponível em <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/FYQGLOPI>Acesso dia 30 Abril de 2018.

ORRÚ, E. S. Autismo, **Linguagem e Educação: Interação Social no Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

PURIFICAÇÃO,M. M, SANTANA, Maria Luiza, da S, ROSA, W. S, **Atuação pedagógica: técnicas lúdicas para inclusão de aluno autista na sala de aula. I colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar**, Mineiros – GO. Disponível em<<http://www.unifimes.edu.br/ojs/index.php/coloquio/article/view/1> Acesso dia 02 Maio de 2018.

SANTOS, Ana Maria T. dos. **Autismo: Desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf> Acesso dia 02 de maio de 2018.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994/1998.

FLYNN, G. Toward community, 1988. In: STAIENBACK, S. S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. de Magda R. Lopes. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.

LÓ, Judithe Eva Dupont. **Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes**. Conjectura, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em< <file:///C:/Users/Downloads/187-730-1-PB.pdf> acesso dia 01 junho. 2018.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Trad. De Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>, acesso em 04 de julho de 2008.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. De Magda F. Lopes et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.